

PRÁTICAS EDUCATIVAS EM ESCOLAS PÚBLICAS NO/DO CAMPO A PARTIR DO INSTRUMENTAL METODOLÓGICO: PRODUÇÃO DE SENTIDO E SIGNIFICADO COM A ORGANIZAÇÃO DO DOSSIÊ DO INVENTÁRIO DA REALIDADE NA ESCOLA MUNICIPAL IRMÃO CIRILO

Leticia Gabriela Brusco[1]

Círculo de Saber: Organização do Trabalho Pedagógico na Educação do campo, das águas e das florestes.

Resumo: Este artigo apresenta o trabalho de organização para produção do Dossiê do Inventário da Realidade, realizado na Escola Municipal Irmão Cirilo, fazendo parte de um Projeto de Extensão que é desenvolvido pelo Grupo de Estudos em Formação Humana, Educação e Movimentos Sociais Populares (GEFHEMP) vinculado a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), campus de Francisco Beltrão – PR. No contexto deste projeto, foi criado um Instrumental Metodológico, organizado com base em uma pesquisa (Ghedini, 2017) que identifica duas lógicas nas referências históricas dos Movimentos Sociais Populares do Campo (MSPdoC) e dos Movimentos Sociais Populares (MSP): uma lógica formativa e uma lógica educativa. Essas lógicas resultam em uma prática que utiliza, ao mesmo tempo, movimentações “para fora” e “para dentro”, das quais produziram-se instrumentos metodológicos como: as Trilhas Escola e Família, o Inventário da Realidade e o Dossiê do Inventário da Realidade, dentre outros. O presente trabalho apresenta um momento específico de organização para produção do Dossiê do Inventário da Realidade realizado com a turma do 1° ano, o qual atribui sentido aos dados, informações e saberes populares sobre a realidade dos entornos da escola, contribuindo com a criação de motivos nos estudantes para que entrem em atividade de estudo.

Palavras-chave: Educação do Campo; Práticas Educativas; Dossiê do Inventário da Realidade.

Introdução

A Educação do Campo, produzida historicamente pelos povos do campo em um contexto de lutas e reivindicações, as quais resultam em garantias legais junto ao Estado, desde 2010, é uma Política Pública. Dessa forma, sendo uma Política Pública, assim como diante da perspectiva do Movimento da Educação do Campo, da Modalidade de Educação Básica do Campo e de outros dispositivos legais que criam condições de transformar práticas de Educação Rural ainda presentes nas escolas do

[1] Graduação em Pedagogia, estudante do Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Campus Francisco Beltrão. Professora da rede municipal de educação. E-mail: leticia.brusco@unioeste.br.



campo, nos questionamos sobre: como instituir práticas regulares nas escolas do campo tendo como base as referências históricas e o que a legislação possibilita?

Levando em consideração esta problemática, este artigo tem como objetivo apresentar, resumidamente, o trabalho de organização do Dossiê do Inventário da Realidade da Escola, realizado na Escola Municipal Irmão Cirilo. Esse trabalho faz parte de um Projeto de Extensão desenvolvido pelo Grupo de Estudos em Formação Humana, Educação e Movimentos Sociais Populares (GEFHEMP) que, por meio do Projeto de Extensão da Rede de Formação de Professores das Escolas Públicas no/do Campo (Refocar), produziu ao longo de seus anos de atuação um Instrumental Metodológico. Este é organizado por instrumentos metodológicos que, com base em movimentações “para fora” e “para dentro” da escola, desenvolvem um ensino imbricado com a realidade.

Consideramos relevante o trabalho desenvolvido e aqui apresentando, uma vez que o Instrumental Metodológico vem produzindo novas referências no contexto da região Sudoeste do Paraná, em termos de Educação do Campo. Além disso, a organização do Dossiê do Inventário da Realidade da Escola, instrumento do Instrumental Metodológico, ao envolver produções dos estudantes, atribui sentido aos dados, informações e saberes populares sobre a realidade dos entornos da escola. Esse processo contribui com a criação de motivos nos estudantes, os quais desempenham papel importante para que o sujeito entre em atividade, mobilizando, nesse movimento, um conjunto de funções psíquicas superiores. (Leontiev, 2004).

Dessa maneira, justificamos o presente escrito pela importância de dialogar e construir um trabalho pedagógico organizado com a intencionalidade de criar a necessidade de aprender e de motivos para a atividade de estudo, como pontuam Scherer, Bonadio e Bogatschov (2023). Isso porque os conteúdos vêm sendo trabalhados historicamente de forma mecânica, por meio da memorização de conhecimentos, sem que os estudantes participem da elaboração conceitual e possam operar mentalmente com conceitos (Vigotski, 2000), assim há necessidade de lutarmos e construirmos Escolas Públicas no/do Campo que permitam aos estudantes o acesso aos conhecimentos produzidos historicamente pela humanidade.

Metodologia



Para a realização deste trabalho utilizamos como metodologia revisão bibliográfica sobre a Educação Rural e a Educação do Campo, assim como de seus dispositivos legais. Além disso, realizamos um estudo para fundamentar teoricamente o trabalho de organização realizado com os estudantes, utilizando como base o Caderno “Planejamento Coletivo Interdisciplinar e Instrumental Metodológico” (Ghedini; Berté, 2018) e, os materiais produzidos no momento do trabalho foram analisados, teoricamente, a partir das contribuições de alguns escritos da Teoria Histórico-Cultural: Leontiev (2004) e Vigotski (2000).

Produção da Educação do Campo: breve contextualização

Por meio de uma retomada histórica da educação dos povos do campo compreendemos que por muitos anos esteve subordinada a um modelo desvinculado de sua realidade e de seus saberes, o qual compreendia o campo como lugar de atraso e seus sujeitos como ignorantes e preguiçosos. Nesse sentido, eram desenvolvidas práticas assistencialistas de combate ao atraso, de padronização aos centros urbanos, de desenvolvimento econômico e produtividade nos padrões do sistema capitalista, compondo o que ficou historicamente conhecido como Educação Rural. (Ribeiro, 2010).

A Educação Rural, de acordo com Ribeiro (2012), é encontrada em registros do século XIX, mas é na década de 1930 que se associa ao projeto de modernização do campo, recebendo influência direta de outros países, principalmente dos Estados Unidos, por meio de campanhas e convênios. As escolas no âmbito da Educação Rural são organizadas “com intencionalidades que desenraizam os sujeitos das sínteses sociais que os constitui em tempos e lugares determinados pela experiência e cultura” (Ghedini, 2017, p. 112), assumindo uma postura que desvaloriza suas relações específicas com a terra, com o trabalho e seus saberes. Seu modo de vida, visto como inferior, era modificado a partir de práticas educativas como plantio, higiene e vacinação, em específico no âmbito da Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), as quais justificavam-se pelo discurso de ensinar formas de vida mais dignas aos sujeitos do campo.

Em contraposição à Educação Rural, no contexto de lutas e reivindicações dos Movimentos Sociais Populares (MSP), impulsionadas principalmente pelo Movimento



Sem Terra (MST), ao final da década de 1990 é produzida no Brasil a Educação do Campo. (Ghedini, 2017). Fazendo parte de um projeto educativo específico dos povos do campo, é organizada e protagonizada por estes sujeitos, com seus saberes e conhecimentos até então negados. Logo, configura-se enquanto contra hegemônica uma vez que não está interessada na legitimação dos interesses da sociedade capitalista, e vai sendo produzida historicamente a partir de lutas e reivindicações da classe trabalhadora pelo direito a terra, ao trabalho, e outros direitos básicos a existência humana, como a educação.

No contexto dos direitos, a Educação do Campo passa por uma nova fase, qual seja de lutar por espaço junto ao Estado, no sentido de reivindicar garantias legais, dentre elas, se destaca o Decreto n° 7.352, instituindo a Política Nacional de Educação do Campo, é elevada à política de Estado e a Resolução MEC/CNE/CEB 04/2010 que transforma a Educação do Campo em modalidade educacional.

Cabe destacar que o espaço conquistado apresenta contradições e limites, já que estando sob o neoliberalismo há pouco espaço para políticas públicas. Contudo, com estes dispositivos legais criam-se condições de transformar a organização das Escolas Públicas no/do Campo com mudanças na prática social e pedagógica dessas instituições, abrindo caminhos para a superação do projeto educativo da Educação Rural, o qual ainda se faz presente e fortemente enraizado. (Santos, 2021).

O trabalho com o Instrumental Metodológico: organização do Dossiê do Inventário da Realidade da Escola

Diante do desmonte que a Educação do Campo recebe no Estado do Paraná, desde 2011[2], o GEFHEMP, vinculado à Unioeste – Campus Francisco Beltrão-PR, desenvolve um projeto de extensão que se inicia no ano de 2015 como um espaço da extensão universitária, articulado também à pesquisa, por meio de trabalhos de dissertação na linha de Pesquisa da Pós-Graduação - mestrado em Educação, desde os quais se analisam as experiências, as pesquisas e as produções científicas, aprofundando-as na perspectiva da Educação do Campo. O projeto inicia a partir de

[2] Nas eleições estaduais de 2010, Beto Richa é eleito governador do Paraná, iniciando seu mandato no ano de 2011. Em 2014 é reeleito e assume seu 2° mandato até o ano de 2018. Nas eleições estaduais de 2018 o candidato Ratinho Júnior é eleito governador, sendo reeleito em 2022.



uma busca realizada nos anos de 2015 e 2016 por algumas Escolas Públicas no/do Campo da região Sudoeste do Paraná[3], diante da necessidade de posicionamento das escolas perante o risco de fechamento.

Inicialmente o projeto era intitulado: “Processo de Rearticulação da Escola do Campo na modalidade da Educação do Campo”, com sua repercussão e aceitação por parte das instituições, em 2018, passa a ser um projeto permanente: Fortalecimento das Escolas Públicas do Campo da Região Sudoeste do Paraná na perspectiva da Educação do Campo: Rearticulação da Escola e Rede de Formação de Educadores, “ampliando seu foco para a produção de conteúdo e forma à Modalidade de Educação Básica do Campo e para a construção de uma rede de formação continuada de professores”. (Ghedini; Bonamigo; Ritter, 2020, p. 36). Além de se propor a

> [...] operacionalizar nas escolas públicas localizadas no campo o que a legislação possibilita, principalmente, avançando no sentido de instituir práticas regulares com base nas referências históricas, tendo a perspectiva do Movimento e, a Modalidade de Educação Básica do Campo, como ferramenta legal, de modo a viabilizar práticas nas escolas públicas, com a intencionalidade de superar as velhas formas da escola rural. (Santos, 2022, p. 212).

No contexto deste projeto de extensão, no trabalho junto às escolas de 2015 a 2017, produziu-se o Instrumental Metodológico, o qual passou a produzir novas referências no contexto da região Sudoeste do Paraná. Este Instrumental se organiza com base tanto nas referências históricas já produzidas no âmbito da formação, da educação e da escola nas lutas e movimentações dos Movimentos Sociais Populares do Campo (MSPdoC) e suas organizações, quanto nas referências históricas dos MSP e das escolas públicas que trabalhavam com a Educação do Campo no Estado do Paraná. (Ghedini; Onçay, 2016).

Este processo tem como base os registros e uma pesquisa em que a investigação identifica, no desenvolvimento de referências históricas movimentações que constituem duas lógicas no projeto educativo dos MSP, das Escolas dos MSP e das Escolas Públicas no/do Campo, uma lógica formativa e uma lógica educativa. A

[3] As primeiras escolas a participarem do projeto são: Colégio Estadual do Campo Paulo Freire – Francisco Beltrão/PR; Escola Estadual do Campo de Pinhalzinho e Vista Alegre – Enéas Marques/PR.



lógica formativa corresponde à materialidade conhecida e à realidade, enquanto a lógica educativa, à função específica da escola na apropriação do conhecimento escolar. (Ghedini, 2017).

As duas lógicas resultam em uma prática que utiliza, ao mesmo tempo, movimentações “para fora” e “para dentro” da escola, desenvolvendo assim, um ensino imbricado com a realidade. (Ghedini, 2017). Com as movimentações “para fora” e “para dentro” da escola produziram-se instrumentos metodológicos como o Planejamento Coletivo Interdisciplinar, as Trilhas Escola e Família, o Inventário da Realidade, o Dossiê do Inventário da Realidade, os Círculos de Saberes e Conhecimentos, as Varandas de Partilha e os Vínculos Sociais com o Trabalho e a Cultura, que no conjunto produziram um Instrumental Metodológico.

As movimentações “para dentro” da escola se referem aos instrumentos metodológicos do Planejamento Coletivo, do Círculo de Saberes e Conhecimentos, da Auto-Organização e do Acompanhamento para o Estudo que se desenvolvem com as disciplinas, conteúdos e conceitos. Já as movimentações “para fora” contam com os instrumentos metodológicos das Trilhas Escola Família, do Inventário da Realidade da Escola, do Dossiê do Inventário da Realidade, das Varandas de Partilha e se relacionam com a intencionalidade de conhecer e inserir-se na realidade dos estudantes e no local em que a escola se localiza. (Ghedini; Berté, 2018).

As Trilhas Escola Família são um tempo e espaço da escola em que os professores e demais profissionais fazem o caminho inverso dos estudantes, deslocando-se da escola para suas casas e comunidades, inserindo-se na realidade dos entornos da instituição, com a intencionalidade de conhecê-la. (Ghedini; Berté, 2018). Esse movimento também tem como objetivo que os professores se apropriem do contexto territorial e local, compreendendo o modo de vida, as condições socioeconômicas, culturais e de trabalho das comunidades e famílias. Para isso, utilizam um roteiro para registrar aspectos observados durante as Trilhas, nos entornos e nas casas dos estudantes, com base no qual elaboram o Relatório das Trilhas. (Ghedini; Berté; 2018).

O Inventário da Realidade da Escola trata-se de uma maneira de analisar a realidade que possibilita à escola e a seus sujeitos conhecerem mais profundamente o trabalho, a cultura, a organização social, a história e o modo de vida das



comunidades, do município e da região onde a instituição de ensino está inserida. Para realizar esse levantamento da realidade utilizamos momentos e ações de investigação: o Diagnóstico realizado pelos professores com o levantamento referente ao município e à região; o Questionário do Inventário aplicado pelos estudantes junto às famílias e Unidades de Produção Familiar (UPFs); e o Relatório da observação realizada nas Trilhas Escola Família. (Ghedini; Berté, 2018).

O resultado desse processo compõe o Dossiê do Inventário da Realidade, um material que organiza os dados, as informações e os saberes populares sobre a realidade dos entornos da escola, por meio de Eixos Formativos, organizados em Fontes Educativas que são divididas em partes menores, as Porções da Realidade. Os Eixos Formativos sustentam um tema amplo, enquanto as Fontes Educativas representam partes mais específicas desses eixos, subdivididas em Porções da Realidade, elementos menores compreendidos como objetos de estudo, a partir de onde se formulam maiores possibilidades para compreender os conceitos dos conteúdos estudados, uma vez que este “pedaço da realidade” potencializa a apropriação dos conhecimentos teóricos nas relações com a realidade. (Ghedini; Berté, 2018).

Para tanto, o Dossiê é utilizado pelos professores no planejamento e pelos estudantes nas aulas, de modo que ao estudarem os conteúdos e conceitos curriculares compreendam que a vida no campo também envolve conhecimentos teóricos. A Fonte Educativa e a Porção da Realidade dialogam com os conceitos dos conteúdos escolares ampliando as possibilidades de compreender que as atividades realizadas diariamente no campo, como plantar, e produzir alimentos, se relacionam com os conhecimentos estudados. Essa relação potencializa o processo de ensino e aprendizagem, contribuindo com a criação de motivos nos estudantes, assim possibilitando que o estudo tenha intencionalidade e sentido. (Leontiev, 2004).

Nesse contexto, considerando o Instrumental Metodológico produzido no trabalho junto às escolas, no ano de 2022 a Escola Municipal Irmão Cirilo[4] realizou as Trilhas Escola Família e o Inventário da Realidade na mesma movimentação, assim

[4] A Escola Municipal Irmão Cirilo, localizada no Assentamento Missões em Francisco Beltrão, divide o mesmo prédio com o Colégio Estadual do Campo Paulo Freire, o qual participou do projeto de extensão desde os primeiros momentos de trabalho.



como foi enviado às famílias o Questionário do Inventário, abordando questões sobre a vida das famílias, a produção familiar, o trabalho, as atividades de lazer, a comunidade, a escola e o ensino. Os dados, as informações e os saberes populares inventariados nessa movimentação passam a ser organizados, a partir do ano de 2023, quando realizamos um trabalho coletivo com as crianças e as professoras, para organizar as questões do Questionário do Inventário para o Dossiê do Inventário da Realidade.

Até então, o Questionário do Inventário apresentava uma especificidade de ser utilizado no trabalho com os Anos Finais do Ensino Fundamental (6° ao 9° ano) e Ensino Médio. Dessa forma o Dossiê era produzido de modo que os professores pudessem utilizá-lo como material de pesquisa durante o planejamento, e os estudantes dessas etapas de ensino o utilizassem para os estudos em sala de aula. No entanto, para o trabalho com as turmas da Escola Municipal Irmão Cirilo, Educação Infantil (Pré 4 e Pré 5) e Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1° ao 5° ano), o Dossiê exigiria uma organização diferente dos dados e informações, considerando a especificidade do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes dessas turmas.

Portanto, com o objetivo de iniciar a produção do Dossiê do Inventário da Realidade para o trabalho pedagógico com a Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, trabalhamos com as turmas do Pré 5 ao 5° ano[5] para produzir materiais que explicitassem em forma de desenhos, fotos, montagens e produção de textos os dados do Questionário do Inventário enviado pela escola às famílias. Nesse processo, para um primeiro momento, planejamos momentos para retomar algumas questões do Questionário do Inventário e selecionamos materiais específicos para o trabalho com cada ano, de modo que, considerando a singularidade de cada turma, os estudantes atribuíssem sentido aos dados por meio de suas produções.

Destacamos, neste artigo, o momento de organização realizado com a turma do 1° ano, em setembro de 2023, quando trabalhamos com a questão do Questionário que tratava das “atividades de lazer e/ou esportivas realizadas pelos integrantes da família: pai, mãe, crianças, avó, avô e jovens”. Para apresentar à turma a questão,

[5] No trabalho realizado com as turmas, optamos por não incluir a turma do Pré 4, considerando que, no ano em que realizamos a organização, era o primeiro ano das crianças dessa turma na escola. Portanto, elas não participaram diretamente do diagnóstico realizado em 2022.



optamos por utilizar imagens que representassem as ações listadas nas respostas da comunidade, pois consideramos essa estratégia mais adequada para que todos tivessem a oportunidade de identificar os dados, uma vez que se tratava de uma turma em processo de alfabetização e apresentar as respostas em palavras, de certa forma, excluiria alguns estudantes da atividade.

Os estudantes foram organizados em seis grupos, e cada um recebeu atividades de lazer e/ou esportivas conforme estavam relatadas, ou seja, específicas de cada integrante familiar: um grupo para as atividades dos pais, outro das mães, e assim sucessivamente. Cada grupo recebeu uma caixinha contendo imagens selecionadas previamente, representativas das respostas coletadas. Inicialmente os grupos dialogaram coletivamente sobre as imagens, momento em que realizamos mediações para discutir seus significados. Em seguida, socializaram com os demais colegas as informações identificadas, de modo que toda a turma tivesse contato com as imagens, estabelecendo relações entre elas e as respostas fornecidas pelas famílias acerca de suas práticas de lazer.

Esse processo de organização deveria direcionar e contextualizar a produção do material para o Dossiê do Inventário da Realidade, assim, com os estudantes ainda organizados nos grupos, orientamos a escolha de uma ou mais atividades de lazer e/ou esportivas realizadas conforme as respostas que haviam sido atribuídas ao seu grupo, para que as representassem por meio da produção de um desenho. A princípio, a proposta era da realização apenas de desenhos e da assinatura do estudante em sua produção, mas a turma sugeriu escrever, uma vez que alguns estudantes questionavam com frequência sobre a necessidade de representar também por meio da escrita o que desenhavam, por isso aceitamos.

Desse modo, cada grupo produziu desenhos representando os dados referentes às atividades de lazer realizadas pelos moradores das comunidades onde residem os estudantes da escola. A imagem a seguir é um exemplo produzido durante este trabalho com a turma, na qual o estudante representou a prática de “tomar chimarrão”, mencionada pelos familiares que participaram do diagnóstico, como uma atividade de lazer comum entre os avós.

Produção de desenho: avô tomando chimarrão





Fonte: acervo da autora.

Com a ilustração do avô tomando chimarrão, e de todas as demais produções, iniciamos a organização do Dossiê do Inventário da Realidade da Escola com a participação dos estudantes. Desde então, esses registros vêm sendo ampliados e modificados à medida em que se estuda e pesquisa mais sobre a região, o município e as comunidades. Além das produções dos estudantes, gráficos, tabelas, textos e outros elementos os complementam, pois, além do sentido, que é produzido pelo sujeito a partir de suas vivências, portanto pessoal, o material precisa ser socialmente compartilhado, isto é, contemplar o significado.

Compreendemos que ao estudar nas aulas, tendo os materiais produzidos durante a organização do Dossiê e os elementos que os complementam, os estudantes se deparam com o significado dos dados, informações e saberes populares sobre a região, o município e a comunidade. Além disso, ao participarem do processo de produção de materiais para o Dossiê, assim como ao estudarem conhecimentos que se aproximam da sua realidade e de situações que vivenciam diariamente no campo, os estudantes podem criar motivos para estudar, os quais dão sentido e mobilizam sua ação na direção de realizar a atividade. (Leontiev, 2004).

Conclusão

Neste trabalho apresentamos o Instrumental Metodológico enquanto possiblidade de transformação do trabalho pedagógico realizado nas Escolas Públicas



no/do Campo, considerando o forte enraizamento de práticas que se alinham ao projeto educativo da Educação Rural ainda presente nas escolas. Dessa forma, o trabalho realizado vem produzindo novas referências no contexto da região Sudoeste do Paraná, além de produzir conteúdo e forma à Modalidade de Educação Básica do Campo, garantida legalmente desde 2010. (Brasil, 2010).

Com os instrumentos metodológicos produzidos por meio das movimentações “para fora” e “para dentro” da escola, esta desenvolve um ensino imbricado com a realidade dos estudantes. De modo que os conteúdos e conceitos curriculares não sejam estudados isolados da realidade do campo, mas com a compreensão de que as atividades realizadas diariamente, como plantar, e produzir alimentos, se relacionam com os conhecimentos estudados, assim como devem ser catalisadores do processo de ensino e aprendizagem.

Na Escola Municipal Irmão Cirilo o processo de trabalho com os instrumentos metodológicos vem trazendo transformações na organização do trabalho pedagógico da instituição, assim como inaugura a produção de um Dossiê do Inventário da Realidade, específico para a Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. O processo de organização deste material também evidenciou como a participação dos estudantes possibilita a produção de sentido, pois além do significado dos dados, informações e saberes populares sobre a realidade, podem construir algo pessoal que contribui com a criação de motivos para entrarem em atividade de estudo. (Leontiev, 2004).

Referências bibliográficas

BRASIL. **Decreto n° 7.352, de 4 de novembro de 2010.** Dispõe sobre a Política de educação do campo e o programa nacional de educação da Reforma Agrária – PRONERA. Brasília: Planalto, 2010a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm. Acesso em: 9 jun. 2025.

GHEDINI, C. M. **A produção da Educação do Campo no Brasil:** das Referências Históricas à Institucionalização. 1. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

GHEDINI, C. M.; Berté, R. **Planejamento coletivo-interdisciplinar e instrumental metodológico. Produção de referências com as Escolas Públicas do Campo – Sudoeste do Paraná**. 1. ed. Franciso Beltrão: Unioeste/Francisco Beltrão, 2018.



GHEDINI, C. M.; BONAMIGO, C. A.; RITTER, J. Fortalecimento das escolas públicas do campo da região Sudoeste do Paraná e rede de formação de educadores. In: GHEDINI, C. M.; BONAMIGO, C. A., (Orgs.). **Educação do campo:** pesquisas, estudos e práticas no Sudoeste do Paraná. 1. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2020. p. 33-75.

GHEDINI, C. M.; ONÇAY, S. T. V., Educação do Campo no Estado do Paraná: ações, sujeitos, lugares e disputas tecendo a experiência da Articulação Paranaense – 1998-2012. In: GHEDINI, C. M.; MARTINS, F. J.; GEHRKE, M.; FARIAS, M. I.; ONÇAY, S. T. V.; SIMÕES, W., (Orgs.). **Educação do Campo no Estado do Paraná:** um Registro das Lutas, Conquistas e Desafios (1998-2012). 1 ed. Cascavel: EDUNIOESTE, 2016. p. 64-91.

LEONTIEV, A. N. O homem e a cultura. In: **O desenvolvimento do psiquismo.** Tradução de Rubens Eduardo Frias. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2004. p. 278-302.

RIBEIRO, M. **Educação do Campo: Políticas Públicas, Movimentos Sociais e Práticas Pedagógicas**. 1. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2010.

RIBEIRO, M. Educação Rural. In: CALDART, R. S,; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. 1 ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 295-301.

SANTOS, A. C. **A Educação do Campo e o processo de operacionalização da legislação:** rearticulação de escolas públicas do campo no sudoeste do Paraná de 2015 a 2020. 2021. 177 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2021.

SANTOS, A. C. O Planejamento Coletivo Interdisciplinar em escolas públicas localizadas no campo: relações entre a legislação e sua incorporação ao projeto político-pedagógico. In: BONAMIGO, C. A.; GHEDINI, C. M. (Orgs.). **Educação do Campo:** desafios de construir novas referências históricas. 1 ed. Chapecó: Livrologia, 2022. p. 211-227.

SCHERER, C. A.; BONADIO, R. A. A.; BOGATSCHOV, D. N. A transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental: Uma questão para além da idade etária. In: FACCI, M. G. D.; LEONARDO, N. S. T.; FRANCO, A. F. (Orgs.). **Implicações da periodização do desenvolvimento humano para a prática pedagógica**: em destaque a Psicologia Histórico-Cultural. 1. ed. Paranavaí: EduFatecie, 2023, p. 96-115.

VIGOTSKI, L. S. Estudo do desenvolvimento dos conceitos científicos na infância. In: VIGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. 1. ed. Tradução: BEZERRA, Paulo. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 241-394.